

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL E DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA A VINTE E CINCO DE ABRIL DO CORRENTE ANO. -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia vinte e seis de Abril e a acta da reunião extraordinária do dia vinte e cinco de Abril do corrente ano, depois de lidas foram postas à discussão e aprovadas por unanimidade. -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- 1.- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL-----

----- 1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.-----

----- 9 - Protocolo Financeiro entre a Câmara Municipal e a Caixa Geral de Depósitos.-----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

----- 4.1. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

----- 1 - Comemoração do Dia Mundial da Criança. -----

----- O Presidente da Câmara propôs ainda retirar da agenda os seguintes pontos: -----

----- 1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 3 - Dispensa de Estágio-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- **PROPOSTAS** -----

----- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara informou que, relativamente ao plano de ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila, o mesmo está em fase de elaboração e tem contado com a presença do Senhor Vereador José Marques, o qual tem participado nas reuniões. -----

----- Naquele momento era importante que a Autarquia se pronunciasse face aos trabalhos preparatórios efectuados, e que poderiam trazer, sobretudo em termos de Plano Director Municipal, nas áreas afectas às zonas envolventes do Paul de Arzila, maioritariamente na Zona da freguesia de Pereira, e para o qual o Senhor Vereador José Marques apresentava uma proposta de parecer final, que considerava adequada e que propunha ao executivo para aprovação (documento anexo à presente acta sob o numero um)----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

----- Disse ainda que, gostaria de salvaguardar aquela postura do ponto de vista político de continuar a dizer que dentro daquela Reserva do Paul de Arzila, deverá ficar salvaguardado o parecer inequívoco da permissibilidade de passagem da via rápida que naquele momento estava parada em Arzila para que se complemente até Montemor-o-Velho. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete, perguntando ao Senhor Vereador José Marques, se em relação à constituição daquela Comissão houve discussão da Zona de Protecção? Como todos sabiam a grande discussão da Zona de Protecção tem levado a algumas situações bastante complicadas. Gostaria de saber se tinha sido focado o problema em termos daquela Comissão. -----

----- Usou da palavra o Vereador José Marques respondendo que, quando entrou para a Comissão, fê-lo já numa fase adiantada da discussão do Plano de Ordenamento. No entanto, consultando as actas, verificava que pelo anterior Vereador, foram sempre ponderadas os problemas de conflito na área da Reserva, nomeadamente na área de protecção. -----

----- Pensava que tudo foi discutido, tendo sido tudo reabordado e não ficou nada por ressalvar, desde o fundamentalismo dalguns senhores do ambiente que pretendiam que na área dos Montes de Cima não se pudesse colocar poluição sonora, não se pudesse fazer uma festa, e até em relação aos animais e dos agricultores que tinham na zona pequenos quintais, tudo foi focado. Em relação à passagem da trezentos e quarenta e um, foi o ponto no qual esteve sempre mais crítico. -----

----- Tomou novamente a palavra o Vereador António Ramalhete dizendo que, também tinha sido aquela a posição da Câmara Municipal de Coimbra, que salvaguardou a ligação da trezentos e quarenta e um, ou seja, o seguimento de Arzila a Alfarelos. O que o levou a fazer aquela pergunta era o que estava na perspectiva de muitas pessoas de Pereira e que têm terrenos naquela zona, que numa futura revisão do PDM, algumas zonas que naquele momento estão protegidas venham a ser desanexadas. -----

----- Pergunta se depois da Comissão já estar eleita, não seria mais um entrave para que aquilo não pudesse vir a acontecer. Era inconcebível o que se passava em Pereira, e não se discutia quem fez mal, mas se se pudesse resolver aquela situação, ou nessa comissão ou na futura comissão do PDM, venha a ser salvaguardada. -----

----- Não se justificava que, em Arzila se viesse até ao núcleo central do Paul de Arzila, onde existiam campos de tiro, enquanto que em Pereira, estavam limitados a uma zona que vinha quase até meio da população. Pedia para que ficasse salvaguardado não só na Comissão, como mesmo na futura revisão do PDM. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

----- Retomou a palavra o Vereador José Marques dizendo que, aquela questão tinha sido ponderada nomeadamente, a construção na área de protecção e pensava que depois da elaboração do Plano e dentro dos perímetros urbanos, a Comissão não iria colocar problemas, desde que o meio não fosse prejudicado. Por exemplo, se quisessem construir uma casa dentro dos parâmetros que tinham em Pereira, a Comissão não iria colocar problemas. Independentemente disso, na área das pequenas indústrias, também não colocarão problemas, desde que não sejam poluentes. Sempre defendeu ser necessário coabitar, porque tinham uma grande riqueza em termos ambientais, em termos de reserva, mas também se tornava necessário não entrar em conflito com as áreas, com a população e com os outros sectores da economia. -----

----- A Câmara após estes considerandos, tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- DO VEREDOR PEDRO MACHADO -----

-----O Vereador Pedro Machado propôs à Câmara a alteração de algumas datas do programa da "Gastronomia e Património", inicialmente prevista, passando de seis de Abril, para dia vinte do mesmo mês, a iniciativa em Pereira. -----

----- Propôs ainda que, de acordo com o solicitado pelo Rancho Folclórico do Seixo, fosse antecipado do dia um de Junho para o dia dezoito de Maio, a jornada no Seixo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada, de acordo com o atrás descrito. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara informou que, nesta semana esteve presente numa reunião da ADELO, onde houve um conjunto de elementos que julgava importantes que o executivo tivesse presente e para o qual a própria municipalidade deverá ser chamada a atenção e que se prendia com o lançamento do programa LIDER Mais, cujas candidaturas terão de ser formalizadas até trinta e um de Maio, compreendendo um conjunto de medidas que serão sobretudo destinadas não só às Autarquias como também a outras entidades, nomeadamente Associações, Cooperativas, que pretendam candidatar-se dentro daqueles eixos considerados prioritários por aquele programa. -----

----- Disse ainda que, se o executivo pretendesse ter acesso à documentação podia-o fazer através da Internet, no site da ADELO, onde estão explicitadas todas aquelas medidas, cujas candidaturas estão em aberto, bem como os respectivos formulários. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

----- Chamava também a atenção que, para além do programa LIDER Mais, a nível do Agris e do novo programa que era o PARTILHAR, existiam também naquele momento condições de candidatura por parte do Município e que se os Senhores Vereadores quisessem dar algumas sugestões em matéria da leitura que irão fazer daquela documentação, estava receptivo, até porque já "encomendou" dentro dos serviços, às diferentes áreas, alguns dos pretensos projectos que poderão ser candidatos aquelas medidas. -----

----- Salienta que aquelas quotas de participação, sobretudo para os quatro municípios envolvidos - Montemor, Mealhada, Cantanhede e Penacova - deixam alguma antevisão de que existiam alguns projectos que viabilizaram o Plano de Actividades para dois mil e dois, que pensava terem algumas condições para serem sujeitos a algumas daquelas candidaturas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, gostaria transmitir uma preocupação que sentia, e dentro da política de abrangência de participação de todos, julgava ser claro e inolvidável levá-la ao executivo. Existia neste momento, uma proposta de Lei de alteração ao orçamento de Estado para dois mil e dois, que no contexto de alguns dos seus pressupostos, nomeadamente no que dizia respeito ao célebre artigo sétimo que falava sobre o endividamento municipal da Autarquias em dois mil e dois, lhe tinha trazido, em parceria com outros Presidentes de Câmara com quem já teve oportunidade de falar, nomeadamente de Cantanhede, de Penacova, de Soure, etc., preocupações extremamente claras, sobre aquilo que poderia, e que considerava ser nefasto e perigoso para a gestão das autarquias. -----

----- Era evidente que através de outros Autarcas, que naquele momento têm acento muito próximo, sobretudo de responsáveis pela Associação Nacional de Municípios, e que tinham tido reuniões com a Senhora Ministra das Finanças, tinha sido claro, da parte da quase totalidade dos Autarcas, a apreensão e, sobretudo, a discordância total, sobre aquele ponto de vista. Isto porque, não era a percentagem ínfima da dívida pública, ocasionada pelas autarquias, que garantiam mais de vinte por cento do investimento que poderão ser responsáveis por linhas de aperto e de corte que possam vir a equilibrar o orçamento do estado. -----

----- Pensava que, existiam outros agentes e outros parceiros que talvez fossem muito mais responsáveis, a começar pelo Estado, enquanto administração central. -----

----- Pedia que todos tivessem um patamar de discussão acima da discussão partidária, não querendo ferir as susceptibilidades de ninguém, mas existia uma realidade clara e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

inequívoca que foi aceite por todos, que a situação financeira da Câmara era extremamente delicada. Mesmo que deixassem cair o novo investimento, era deficitária, acarretando uma situação que, quer o bom nome da Autarquia, quer sobretudo os princípios básicos da solvabilidade e da gerência, implicava a contracção de empréstimos. Para além daquela postura, implicava uma outra, que era a necessidade, sobretudo, junta das populações que não tinham culpa da melhor ou pior gestão deste ou daquele, independentemente do dolo que poderia estar ou não adjacente a determinado tipo de atitudes estava sobretudo em causa o novo projecto político. -----

----- Considerava que aquelas vicissitudes não podiam ser dirigidas ou apontadas à população de um Concelho que tinha a esperança, de que nos próximos quatro anos, que eram cumulativos com aquilo que era a obtenção e a utilização do que se pensava em termos concretos, que fosse o ultimo quadro comunitário que lhe permitirá ambicionar a solução de problemas nevrálgicos, sobretudo de sustentação infra-estrutural básica e de criação de riqueza e modernização. -----

----- Naquele conjunto de preocupações, poderiam estar de acordo com situações que viessem pautar um esforço extremamente claro e inequívoco de racionalizar a gestão, mas ao mesmo tempo, empreender o último folgo, para que não sejam cidadãos de segunda, a partir de dois mil e seis e que sejam pautados por uma forma de serem os pagadores daquilo que a nível Central muitas vezes foi delapidado e para o qual naquele momento foram chamados para serem socorristas, voluntária e involuntariamente. -----

----- Dentro daquele contexto, gostaria de trazer aquele assunto à Câmara, para dizer que ele próprio fará chegar junto do Ministério das Finanças e do Planeamento, a preocupação, e sobretudo, o desagrado total de circunscrever aquela posição em complementaridade com o que já a Associação Nacional dos Municípios e outros Autarcas, alguns deles em termos individuais, têm feito na região, sobretudo chamando a atenção para aquela preocupação, que pensa ser clara e inequívoca. -----

----- Era evidente que, deverão ser, naquele momento, uma das Autarquias que estava na situação mais delicada, em termos daquele mesmo endividamento, mas pensava que não poderiam, nem deveriam "baixar os braços". -----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, quanto ao apelo à solidariedade política, de todo o executivo, pensava acompanhar aquele raciocínio, mas considerava importante dizer que terá que haver de parte a parte, também manifestações naquele sentido. -----

----- Disse ainda que, após o resultado da Auditoria, a aprovação do Plano de Actividades e Orçamento, também foram tecidas por parte do senhor Presidente da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

Câmara, na comunicação social, algumas considerações, que no seu ponto de vista tinham relevância política, legitimidade política. Em certa medida parecia-lhe que algum do seu conteúdo era, do seu ponto de vista, mais político do que real e objectivo. -----

----- Era evidente haver uma situação difícil, não só na Câmara Municipal, mas em todo o País, e um pouco por toda a parte. Dizer que era fruto de má gestão, admitia que era politicamente legítimo, mas dizer que se deve a um eleitoralismo exacerbado e de campanha, etc., parecia-lhe não ser ajustado, porque a derrota que o Partido Socialista sofreu nas últimas eleições, teve a ver com a forma com que muitas obras foram lançadas, a dinâmica com que foram executadas, e provavelmente com a falta de "timing" político com que foram lançadas. Parecia-lhe não ter havido nenhuma preocupação do ponto de vista eleitoralista, no lançamento daquelas obras, na sua execução. Houve sim, a espontaneidade de as lançar, de as querer fazer, e não tiveram outros cuidados. -----

----- Pensava ser importante, para que pudesse sentir uma certa cumplicidade, em relação aos interesses do Concelho de Montemor, e às preocupações do actual executivo, que normalmente ali são apresentados, teria que haver também uma maior reciprocidade naquelas preocupações. -----

----- Mais disse que, era muito complicado, e impunha um conjunto de problemas ao nível da reflexão e da avaliação, que era estarem num momento de cumplicidade e análise, também com alguma gentileza no tratamento e cordialidade e a seguir verem retractado na comunicação social, um conjunto de afirmações do ponto de vista político e partidário demasiado fortes, e segundo a sua interpretação, desajustadas da realidade. -----

----- Referiu ainda que, naquele momento, o Concelho de Montemor, fruto daquilo que se iniciou no mandato anterior, ou nos mandatos anteriores, estava a passar por uma fase de reestruturação, de obras que a médio e longo prazo darão resultados, independentemente dos aspectos de gestão e de estratégia. A pista de remo, a reabilitação dos Centros Históricos, eram coisas concretas, que ficaram, e que terão que ser valorizadas naquele contexto. -----

----- Mais disse que, naquele momento, se houvesse eleições, o actual Governo não as ganharia, porque a verdade era que, estavam a tentar resolver tudo em dois ou três meses, não lhe parecendo estarem a ser acauteladas questões importantes, especialmente para as comunidades com menos defesas. -----

----- Era muito fácil, para uma comunidade ou Município, que tivesse uma situação financeira mais ou menos estável, suportar uma crise, mas para os Municípios que tinham situações difíceis e que estavam mais atrasados que os outros, as coisas estavam a ficar mais complicadas. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

----- Ao contrário doutros países da Europa, como era o caso da Alemanha, que tinha um problema parecido com o de Portugal, ao nível do controlo da dívida publica e que não estava nada preocupada com o que iria acontecer. É da opinião, de que devem concordar e apoiar qualquer iniciativa, para que junto do Governo se defenda os interesses das autarquias, que fizesse com que as pessoas que hoje governam o País, tivessem maior sensibilidade para os problemas. -----

----- Realçou ainda, não haver dúvida nenhuma, que o Concelho de Montemor não poderá parar, precisava de continuar a fazer o que já vinha de trás e de lançar obras novas. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Pedro Machado dizendo que, em relação ao que era hoje, uma relação democrática correcta, entre o que era o novo executivo e a própria bancada da oposição, reconhecia que era com mérito do próprio papel da oposição, e do actual executivo, de alguma forma desenvolvia a sua actividade de forma diferenciada, os próprios aspectos da Câmara e pensava que o Senhor Presidente ao fazer aquele apelo, numa primeira instância reconhecia que existia, da parte da bancada do Partido Socialista, um acompanhamento mais pormenorizado dos problemas, estando mais à vontade para fazer os desafios que tinha feito. -----

----- Disse ainda que, em relação à proposta que foi vinculada e que os municípios começavam a ter preocupações acrescidas, valendo a pena a Câmara de Montemor-o-Velho trazer, não só à reunião do executivo, mas assumir clara e publicamente a posição, se necessário for, discordando com aquilo que eram hoje as directivas que pareciam emanar do próprio governo. -----

----- Relativamente à situação actual do município, e em relação a algumas considerações que foram feitas sobre as possíveis declarações do Senhor Presidente da Câmara, não podiam escamotear o que também era óbvio, e o Senhor Presidente disse que em Montemor se tinham inscrito num conjunto de municípios, que tinham, talvez, das situações mais difíceis do ponto de vista financeiro no Distrito de Coimbra, não se tratando de nenhuma inverdade. -----

----- Obviamente que as obras em causa provocavam impactos políticos mas o que era certo, era que deixaram a este Executivo, a situação descrita e que levou a situação de contracção daquele empréstimo, o que permitiu que se fizesse ao nível da Câmara Municipal, algumas "acrobacias", no que tocava a gestão dos próprios recursos. -----

----- Em relação a dívidas a fornecedores, não incluindo empreiteiros, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, tinha no passado dia trinta de Abril, a situação regularizada. Isto obrigava a um esforço acrescido, à contenção de custos enormes,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

reconhecendo que, o que o Senhor Presidente da Câmara tinha feito, era que as propostas que fossem a reunião de Câmara, todas elas fossem bastante contidas no tocante a gastos, porque se tratava de uma situação delicada.-----

----- Mais disse não valer a pena também fazer passar à ideia de que, pelo facto de se terem lançado um conjunto de obras significativas com valor - a Pista de Remo, era uma mais valia para o Concelho, o arranjo dos Centros Históricos era inegável, serem recuperações patrimoniais que poderão proporcionar e potenciar um conjunto de actividades. Mas os custos, não eram os custos reais, ou pelo menos os custos que à partida foram, quando os projectos foram lançados, como era o caso do mercado municipal. Tratava-se de um problema de gestão daquelas obras e da forma como o empolamento dos custos que acarretaram era inexoravelmente superior a uma previsão média nem que fosse só com base numa inflação e numa revisão de preços. Aí sim, considerava que o Senhor Presidente tinha alguma legitimidade, se não toda, para dizer que houve má gestão.

----- Tratava-se da posição que a Autarquia, com alguns custos até para o Presidente da Câmara e para o actual Executivo, atendendo a que estavam numa conjuntura em que o Governo e a Câmara Municipal tinham alinhamentos partidários idênticos, mas o interesse estava acima daquelas tricas partidárias. Se entenderem, e alguns municípios vizinhos entenderam, que aquele artigo sétimo era muito mais penalizante, num esforço muito mais medido, naquela fase que poderia ter sido feito e exigido pelo Governo, fazia todo o sentido que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho se assumisse e se possível e necessário fosse, discordando com a própria posição da Ministra das Finanças, e que o fizesse sentir. -----

----- Disse ainda que, aquele apelo feito pelo Senhor Presidente da Câmara do que estava em causa e poderia vir a ser equacionado e o que poderá ser aprovado e lançado, naquela revisão que irá ser feita, se vier prejudicar claramente as Autarquias, e se Montemor se sentir pontualmente penalizado, fará todo o sentido que a Câmara de Montemor-o-Velho assumia a sua postura. Em primeiro lugar, deverá dar conhecimento à Associação Nacional de Municípios, mas também aos municípios vizinhos que já estarão a tomar posição, e se necessário for, que faça vincar a sua posição junto da Senhora Ministra, dizendo claramente que o que estava a colocar causa, estava a prejudicar os interesses daquele Município. Pensava ser uma posição política não partidária que a Câmara devia e poderia assumir.-----

----- Havendo uma proposta de Lei que colocará em causa o que era fundamental - a governabilidade do Município, considerava que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho não poderia ficar alheia a isso. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, ao ter lido os jornais, sentia alguma frustração pelo pacto que existia entre eles. Existia um pacto de trabalho, e de responsabilidade, perfeitamente assumido. Não colocava em causa que houvesse legitimidade do Presidente da Câmara, para o fazer. Cada personagem política tinha a sua maneira de ser e de estar.-----

----- Como já tinha tido oportunidade de dizer, nunca enjeitaria a responsabilidade do Partido Socialista, estando de acordo com a posição que o Presidente da Câmara estava a tomar.-----

----- Considerava que o grande erro que o Partido Socialista teve, foi não ter feito pressão com o Governo Socialista, em determinadas alturas para resolver questões importantíssimas para o desenvolvimento económico do Concelho. Estava de acordo que o Presidente da Câmara actual, com as dificuldades que tinha, que tivesse uma intervenção forte, pelo que estariam ao seu lado.-----

----- Mais disse, defenderem a política local, o desenvolvimento do Concelho de infra-estruturar cada vez mais o Concelho de Montemor. Pensava que entre todos, quer fossem de um partido, ou de outro, deveriam ter respeito pelo semelhante. Era necessário fazer uma reflexão sobre algumas coisas e se houve alguns erros, reconhecia que os tinha havido, foi no sentido do desenvolvimento do Concelho. -----

----- Não esperava que na última Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara tivesse tecido algumas considerações, nomeadamente em relação ao novo Mercado Municipal, quando não estavam perfeitamente identificados, ainda, em relação aos cerca de quarenta e cinco mil contos, que ainda existiam trabalhos a mais. -----

----- Tinham tido uma conversa com o Senhor Presidente da Câmara em que aquele assunto foi secundarizado. Estavam ali com o objectivo de entre ajuda, de assumirem todos cabalmente as responsabilidades, quer venham de um passado próximo, quer venham de um passado mais antigo, estando ali com um espírito de desenvolvimento, ao lado do actual executivo, para naquelas questões mais delicadas e mais importantes para este Concelho. Iriam mostrar uma posição de força, e iriam ser durante os próximos quatro anos, diferentes dos Vereadores da oposição, que estiveram nos anteriores executivos, mostrando com trabalho, com pertinácia, com exigências.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, gostaria de chamar a atenção para a diferença de comportamento, na Assembleia Municipal, entre a bancada do Partido Socialista e a bancada do Partido Social Democrata. Quando se tratou da aprovação do relatório de contas de dois mil e um, a bancada do PSD absteve-se,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

contrariando a posição que os Vereadores do PSD, ali tiveram ao aprovarem o relatório de contas, que tinha sido aprovado por unanimidade. -----

----- Relativamente ao Plano de Actividades e Orçamento, para este ano, e após considerações bastante duras feitas pelo Senhor Presidente da Câmara, o Partido Socialista, que tinha preparado a reunião, tendo sido ele que esteve nos trabalhos prévios da Assembleia Municipal, e que fez, quase o papel do Senhor Presidente da Câmara, na altura da elaboração do Plano e Orçamento, em que tentou ser uma extensão de todo o executivo, para explicar aos camaradas, quais os princípios, as linhas de força e as razões porque se estava a propor aquele plano, aquele orçamento, a contracção do crédito, explicar a auditoria. Naquela altura, sentiu-se quase no papel de representante da actual maioria.-----

----- Disse ainda que, na ultima Assembleia Municipal tinha, sido relevante para se perceber, a forma como o Partido Socialista naquele momento, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, estava em termos de oposição. Na altura da votação, poderiam ter-se absterido e ninguém teria levado a mal, pois tratava-se do beneficio da duvida, e não o fizeram, porque compreenderam, contextualizaram e interiorizaram as preocupações que foram passadas e que eram reais. -----

----- Não pretendiam fazer nenhum contrato, nem nenhum negócio, em que não seria feita oposição mais aguerrida. Compreendiam a política de contenção do actual Governo, mas não tinha duvidas nenhuma de que, se o executivo actual fosse ao contrário, também teriam de tomar algumas mediadas iguais ou parecidas àquelas que estavam a ser tomadas.-----

----- O próprio Governo estava perante algumas imposições, estando todos de acordo em denunciar e em protestar contra as eventuais políticas, no que diz respeito às Autarquias, mas também se preocupavam com a Sociedade em geral. Aquele Governo, até agora, já cometeu alguns deslizes, algumas imprecisões que merecem ser condenadas. Não lhes competia a eles fazê-lo, pois tinham outros camaradas com sítio certo para o fazerem, mas sempre que for necessário, também o farão.-----

----- Mais disse que, os impactos da política daquele Governo não irão atingir só a Autarquia de Montemor-o-Velho. Era necessário que a Autarquia também soubesse, solidarizar-se e soubesse estar ao lado dos empresários, da Sociedade civil e do Concelho de Montemor, porque o aumento do IVA trará um impacto extraordinário, não previsto e não coberto de financiamentos, também extraordinários a toda a sociedade do Concelho de Montemor.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

----- Mais disse que, provavelmente quem sofrerá menos com isto, serão os empresários, mas todas as organizações que sejam consideradas consumidores finais em termos de IVA, terão em dois mil e dois um acréscimo real de custos, não previstos e não comparticipados por ninguém.-----

----- Era importante que a Autarquia não centrasse também as suas preocupações no seu funcionamento, nas suas medidas, mas que se solidarizasse, e no momento certo soubesse apoiar e estar ao lado de toda a sociedade em geral, do Concelho de Montemor. Estava convencido que o desemprego iria ser real e não virtual, a inversão de alguns projectos de desenvolvimento em termos de infra-estruturas, em termos gerais, para o Baixo Mondego e para todo o Concelho de Montemor iriam ser igualmente reais.-----

----- Mais disse que, não estavam a pensar nem preparados para uma intervenção daquela natureza, porque se não teriam feito, como sempre o faziam - trariam um documento escrito, para que ficasse depois transcrito em acta. Em todo o caso, tinha-se dado uma discussão interessante e agradecia ao Senhor Presidente por ter introduzido um ponto político geral naquela reunião.-----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, eram questões de atitude política diferenciadas uns dos outros, e a questão podia parecer delicada, mas a situação financeira da Câmara era aflitiva, e disso não havia a menor duvida. Nalgum contexto, e sem atingir fosse quem fosse, em relação à conferência de imprensa, em que alguns jornalistas tinham perguntado qual o dolo em relação às questões do passado, em que respondeu que aquele passado estava esquecido mas não apagado .-----

----- Mais disse tratar-se de uma questão real, e fizessem as interpretações que fizessem, do ponto de vista filosófico, do ponto de vista ideológico, do ponto de vista político, havia questões claras de comportamento que podiam ter sido assumidas, ou não, ou conhecidas, tendo hoje quase a certeza de que em muitos casos, por parte dos ex. responsáveis, tinha havido omissão de algumas coisas. Não tinha grandes duvidas em relação àquela matéria, mas o que ocorreu no passado, poderá ocorrer também no presente, o que não invalida a responsabilidade. Aquela é que era a questão fulcral, e imprescindível da gestão no contexto do enquadramento jurídica e legal das atitudes a tomar pelos responsáveis políticos.-----

----- Disse ainda que, em relação àqueles aspectos teriam que ser claros no contexto em que se movimentam, no ponto de vista financeiro era extremamente delicado. Suponha-se que, aquela radicalização de posição central, levaria a que o financiamento fosse rejeitado, embora não estivesse a ver enquadramento legal. Para tal, estariam dois anos, no mínimo, em que não teriam capacidade para fazer fosse o que fosse. Não teriam

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

receitas para poder pagar as despesas, as dividas, a obra que não pararam e que pelo contrário continuaram a sustentar, havendo questões de delicadeza que se juntava a uma questão, que considerava crucial em todo aquele processo e que se prendia com a destreza que era delicada de fazer, entre um projecto que era transversal e incolor, do ponto de vista partidário, e que era de crer com pragmatismos, satisfazer cada vez mais as necessidades e resolução daquelas necessidades, junto da população. -----

----- Muitas vezes, mitigar que ao fazê-las estavam a omitir uma outra visão que no Concelho de Montemor, ao longo de vinte e oito anos de gestão democrática se tem sentido, foi que não houve mecanismos, com datas mais remotas, em relação às que se vivem agora, de criar auto sustentação financeira e autonomia para o próprio Município. ----

----- Disse ainda que, hoje estavam preocupados para através de formas mais ou menos adequadas e específicas de cada uma das forças políticas, que já tinham passado pelo município, tentar apresentar projectos que satisfaçam a melhoria da qualidade de vida. Na maioria dos casos, todo aquele circuito não foi auto sustentado em projectos, que quando concretizado aquele circuito de apoios financeiros da União Europeia, lhes viesse trazer uma postura, em termos de autonomia, de capacidade, de auto-decisão, que implicaria financiamentos, num contexto diferente daquele que tinham herdado. -----

----- Referiu ainda, estarem exactamente na mesma, daquele ponto de vista, como estavam em mil novecentos e oitenta e seis, quando começou todo aquele apoio Europeu, as novas leis das Finanças Locais a serem implementadas, as autonomias dadas aos municípios, continuavam a ter a mesma estrutura. Daqui a quatro anos aquela situação não se poderá manter, e naquela altura terão que ter soluções diferenciadas, para, por um lado, satisfazer as necessidades da população, e por outro, lado inverter o circuito, em termos de pautarem por apostarem em sectores que possam ter um retorno de investimento, que irão compensar dentro dos próximos cinco anos, a autonomia, que naquele momento não dispõem. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL-----

-----1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

-----1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO. -----

----- 1 - CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DIRECTIVA DA RESERVA ----

----- NATURAL DO PAÚL DE ARZILA - INDICAÇÃO DO VOGAL POR --

----- PARTE DAS CÂMARAS MUNICIPAIS -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi presente uma proposta apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza, relativo à Constituição da Comissão Directiva da Reserva

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

Natural do Paul de Arzila - Indicação do Vogal por parte das Câmaras Municipais (documento anexo à presente acta sob o número dois).-----

----- Aquela Comissão irá ser rotativa, em termos da responsabilidade, que anualmente cada uma das Câmara irá ter, tendo sido solicitado que fosse a Câmara de Montemor a primeira a ter a responsabilidade de presidir esta Comissão Directiva.-----

----- Relativamente àqueles aspectos, e porque foi dada a sugestão de que os Presidentes de Câmara deveriam fazer parte daquela Comissão Directiva, ou alguém que tivesse poderes atribuídos dentro daquela área, propunha que a Câmara assumisse a Presidência da Comissão Directiva da Reserva Natural do Paul de Arzila, e, como não terá disponibilidade para estar presente naquelas Comissões Directivas, sugeria que, a par do que se passou com as outras Câmaras, solicitava que fosse o Vice-Presidente da Câmara de Montemor a assumir aquela responsabilidade. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Aceitar a presidência da Comissão Directiva da Reserva Natural do Paul de Arzila. - -----

----- Dois - Nomear o Senhor Vice-Presidente, Dr. Pedro Machado, para representante nessa Comissão. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----2 - REUNIÃO DA CEFF MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO---

----- O Presidente da Câmara informou que, no passado dia três de Maio, reuniram no edifício da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho os membros da CEFF Municipal (documento anexo à presente acta sob o numero três), no sentido de avaliar a situação respeitante às medidas de preservação da floresta contra incêndios, adequando soluções em termos de funcionamento e equipamentos possíveis de candidatura ao "Programa de vigilância móvel Motorizada dois mil e dois - Preservação da Floresta contra Incêndios".-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o projecto de candidatura anexa à presente acta. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-----

-----1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº -

----- 169799, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA

----- LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre vinte e nove de Abril e sete de Março do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número quatro). -

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

----- 2 - REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS - ART.º 30, DO ----- DECRETO-LEI N.º 259/98, DE 18 DE AGOSTO -----

----- O Presidente da Câmara informou que existiam limitações para a obtenção de remunerações compensatórias das horas extraordinárias feitas pelos trabalhadores. -----

----- Informou ainda que nalguns casos aquelas circunstâncias eram delicadas, em termos de gestão de recursos humanos que estavam afectos, nomeadamente, e naquele caso concreto à área da Presidência. Era intenção da Presidência, quando ocupou o cargo, de gerir os bens da Autarquia de uma forma clara e inequívoca, quer de racionalidade, quer de transparência. Uma daquelas formas consideradas claras daquela maneira de intervir era a criação de uma afectação mais próxima do motorista ao carro da Presidência, que era utilizado apenas e em exclusivo quando se estava em serviço. -----

----- Assim sendo, propunha à Câmara, que a partir daquela data, fosse afecto, como motorista da Presidência, o senhor Francisco Ferraz e de acordo com o que a lei permitia no artigo trigésimo do Decreto Lei numero duzentos e cinquenta e nove barra noventa e oito, de dezoito de Agosto, o mesmo pudesse auferir de uma importância compensatória até sessenta por cento do seu vencimento, que compensará toda a sua utilização e ocupação, em dias considerados normais para o funcionamento da Presidência e que não coincidiam com os dias úteis que ele por lei tem obrigatoriedade de trabalhar. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aceitar a afectação do funcionário Francisco Ferraz como motorista da Presidência e aboná-lo com a importância prevista até sessenta por cento do respectivo índice remuneratório, de acordo com a legislação em vigor. -----

----- 3 - DISPENSA DE ESTÁGIO -----

----- O presente ponto foi retirado, a fim de ser presente numa próxima reunião. -----

----- 1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA. -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE ----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia vinte e quatro de Abril e o dia nove de Maio do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número cinco), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia nove de Abril do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de seiscentos e noventa e sete mil novecentos e vinte e um euros e noventa e um cêntimos e em Operações de Tesouraria duzentos e quarenta e seis mil quatrocentos e noventa e um euros e cinquenta e seis cêntimos.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -----

----- **3 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS**
-----**MUNICIPAIS: (FREGUESIA DE MEÃS) - BENEFICIAÇÃO E**-----
-----**PAVIMENTAÇÃO GERAL - CANCELAMENTO DE GARANTIAS**
-----**BANCÁRIAS** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, acompanhada do auto de vistoria da obra supra, no qual se atesta que as obras se encontram executadas nas devidas condições e não apresentam quaisquer deficiências, podendo assim, ser restituídos todos os depósitos de reforço caução e canceladas todas as garantias bancárias à firma Redevias, Sociedade de Construções e Vias, S.A..-----

----- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com o disposto no numero um do artigo duzentos e dez, do Decreto Lei quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, deliberou por unanimidade autorizar a restituição dos depósitos de reforço caução, bem como o cancelamento das garantias bancárias referentes à obra de "Conservação e Reparação de Estradas e Caminhos Municipais: (Freguesia de Meãs) – Beneficiação e Pavimentação Geral".-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4 - REDE DE ESGOTOS DE CARAPINHEIRA E MEÃS - FASE C---**
-----**(ETAR) - CANCELAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, acompanhada do auto de vistorias da obra supra, no qual se atesta que as obras se encontram executadas nas devidas condições e não apresentam quaisquer deficiências, podendo assim, ser restituídos todos os depósitos de reforço de caução e canceladas todas as garantias bancárias, à firma JMPM, Terraplanagens e Obras Públicas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com o disposto no numero um do artigo duzentos e dez, do Decreto Lei quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, deliberou por unanimidade autorizar a restituição dos depósitos de reforço caução, bem como o cancelamento das garantias bancárias referente à obra "Rede de Esgotos de Carapinheira e Meãs - Fase C (ETAR)".-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

----- **5 - PROTOCOLO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VERRIDE** ----
 ----- **RELATIVO ÀS OBRAS DA PRÉ-PRIMÁRIA - PRORROGAÇÃO DO** -
 ----- **PRAZO** -----

----- Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Verride, a solicitar a prorrogação do prazo do Protocolo celebrado entre aquela Junta de Freguesia e esta Câmara Municipal, relativo às obras da Escola Pré Primária, em virtude do mesmo ter terminado a trinta e um de Dezembro de dois mil e um, sem que as referidas obras tenham sido concluídas. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, o Presidente da Junta de Freguesia comentou que estava com algumas dificuldades com as transferências Financeiras. Gostaria de saber se era em relação àquele assunto.-----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, estavam a acompanhar o processo, o Dr. Pedro Machado, a Engenheira Isabel Quinteiro e uma Representante da DREC, para ver as condições em que estava o projecto. Com base naquele levantamento foram feitas algumas recomendações, quanto a questões relacionadas com os equipamentos e com as obras em si, e naquele momento com aquela prorrogação de prazo, uma vez que o projecto em si teria sido encerrado a trinta e um de Dezembro, irão agora ultimar a respectiva transferência financeira, em função das obras e daquilo que não está ainda concretizado, e que diz respeito, sobretudo a situações consideradas indispensáveis para a utilização do objectivo em causa.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, prorrogar o prazo do Protocolo celebrado entre aquela Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, relativo às obras da Escola Pré Primária por mais cento e oitenta dias, até trinta de Junho do corrente ano.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **6 - DECLARAÇÃO EM FALHAS - RECEITAS VIRTUAIS** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativa à Declaração em Falhas- Receitas Virtuais, (documento anexo à presente acta sob o numero seis). -----

----- A Câmara tomou conhecimento, e com base na informação dos Serviços, deliberou por unanimidade anular as receitas virtuais existentes e constantes das doze relações em anexo, que totalizam mil e trinta e três euros e vinte e quatro cêntimos. -----

----- **7 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ESCOLA EB 2,3 DR. JOSÉ** -----
 ----- **DOS SANTOS BESSA DA CARAPINHEIRA**-----

----- Pelo Presidente da Câmara foi proposta a atribuição de um subsídio no montante de trezentos euros, à Escola EB 2,3 Dr. José dos Santos Bessa.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de trezentos euros à Escola EB 2,3 Dr. José dos Santos Bessa da Carapinheira. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

----- **8 - ANULAÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA CELEBRADO ENTRE -**
 ----- **ESTA CÂMARA MUNICIPAL E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, -----**
 ----- **DESPORTIVA E RECREATIVA DAS MEÃS, PARA CONSTRUÇÃO --**
 ----- **DOS BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO DESPORTIVO -----**

----- O Presidente da Câmara informou que, aquando da Reunião de Câmara do dia um de Março do corrente ano, na qual deliberaram atribuir um subsídio à Associação Cultural, Desportiva e Recreativa das Meãs, por lapso não foi anulado o anterior contrato - programa entre a Câmara Municipal e aquela Associação. -----

----- Assim propunha a anulação do referido contrato programa. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade anular o contrato programa celebrado entre esta Câmara Municipal e a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa das Meãs, para construção dos balneários do Pavilhão Desportivo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **9 - PROTOCOLO FINANCEIRO E DE COOPERAÇÃO ENTRE A -----**
 ----- **CÂMARA MUNICIPAL E A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS -----**

----- O presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi apresentado o Protocolo Financeiro e de Cooperação a celebrar entre a Câmara Municipal e a Caixa Geral de Depósitos (documento anexo à presente acta sob o numero sete). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo em epígrafe, devendo o mesmo ser sujeito à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **1.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----**

----- **1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----**

----- **LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO**
DADA -----

----- **PELA LEI Nº 5-A/2002, DE JANEIRO. -----**

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei numero cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco- A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

----- (documento anexo à presente acta sob o número oito). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----**

----- **2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----**

----- **1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----**

----- **LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO ----**
 ----- **DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----**

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, dezoito de Setembro, com a redacção

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido entre vinte e seis de Abril e dez de Maio do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número nove). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- RECTIFICAÇÃO DO PONTO 5 DA REUNIÃO DE 12 DE ABRIL-----

----- Foi presente uma rectificação do ponto cinco da reunião de doze de Abril do corrente ano. Assim, onde se lê: -----

----- "Foi presente o processo a solução urbanística para a alteração ao alvará de loteamento numero um barra dois mil, de onze de Abril de técnico numero cento e onze barra dois mil e dois, que aponta para a provação dois mil. -----

----- Do referido processo consta uma informação / parecer da referida solução, com as condicionantes indicadas na mesma (documento anexo à presente acta sob o numero treze)", deve ler-se " Foi presente a solução urbanística para a alteração ao alvará de loteamento numero um barra dois mil, de onze de Abril de dois mil. Do referido processo consta uma Informação /Parecer Técnico numero cento e onze barra zero dois, que aponta para a aprovação da referida solução, com as condicionantes indicadas na mesma, a qual consta como documento anexo numero treze." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rectificar o referido texto, de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

-----3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

----- 1- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS -----

----- POVOAÇÕES: (FREGUESIA DE MONTEMOR) - PEDIDO DE-----

----- PRORROGAÇÃO DE PRAZO-----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dez. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra em causa, com início a quinze de Agosto de dois mil e um e terminus a trinta e um de Maio do corrente ano. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 2- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

----- CAMINHOS MUNICIPAIS: FREGUESIAS DE SANTO VARÃO E --
 ----- PEREIRA - PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO
 ----- DE ENCARGOS - ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número onze.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, nos termos do número dois do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços.-----

----- Três – Fixar o preço de **vinte e cinco euros**, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso.-----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- “Comissão de Abertura do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva - Engenheira Técnica Civil-----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira – Secretária -----

----- “Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva - Engenheira Técnica Civil-----

----- Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Engenheira Civil-----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.** -----

----- **3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.** -----

----- **3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO.** -----

----- **1 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE PEQUENOS**-----

----- **PROLONGAMENTOS NA REDE DE ÁGUAS EM DIVERSAS** -----

----- **FREGUESIAS DO CONCELHO - ANÁLISE DAS PROPOSTAS**-----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de vinte e seis de Abril do corrente ano, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número doze.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma José Marques Grácio, S.A pelo montante de quarenta e oito mil duzentos e nove euros e trinta cêntimos acrescido do IVA à taxa legal.-----

----- Dois – Dispensar a audiência escrita nos termos da alínea a) do número um do artigo cento e três do Código de Procedimento Administrativo.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **2- ABASTECIMENTO DE ÁGUA A TENTÚGAL - REMODELAÇÃO
DA REDE / SISTEMA - CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO -----
TRABALHOS A MAIS -----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente a trabalhos a mais referente à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número treze.--

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Autorizar os trabalhos a mais com preços da proposta inicial no montante de três mil noventa e um euros e vinte e um cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal, considerando o prazo de execução destes trabalhos, diluído no prazo das prorrogações gratuitas concedidas.-----

----- Dois – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **3 - SONDAGENS DA PISCINA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-
VELHO - ESTUDO GEOLÓGICO GEOTÉCNICO - TRABALHOS A-----
MAIS / IMPREVISTOS-----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente a trabalhos a mais/imprevistos referente ao Estudo em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número catorze.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Autorizar o pagamento dos trabalhos a mais/imprevistos à firma Tecnasol FGE – Fundações e Geotecnia, SA, no montante de mil novecentos e vinte euros, acrescido de IVA à taxa legal.-----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----**

-----**4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----**

-----**1- CONCURSO "AMBIENTE E FOTOGRAFIA" -----**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

----- O Vereador do Pelouro deu conhecimento de uma informação relativa à realização do Concurso "Ambiente e Fotografia". -----

----- Informou ainda que, sendo o Ambiente uma das grandes preocupações do nosso Século, tornou-se conveniente adoptar este meio, como via de sensibilização e de prevenção das camadas estudantis do Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- Mais disse que, procedeu-se à preparação do Concurso e respectivo Regulamento, fomentando também a criação artística, mediante a valorização dos Projectos inovadores (documento anexo à presente acta sob o numero quinze). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o referido Concurso, com os respectivos encargos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4.2. DIVISÃO DE DESPORTO -----

-----4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

----- 1- COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DA CRIANÇA -----

-----O presente ponto foi introduzido na ordem do dia.-----

----- Pelo Vereador do Pelouro foi apresentada uma informação, dando conhecimento que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, conjuntamente com o Grupo de Intervenção Social Comunitário, vai levar a efeito no dia trinta e um de Maio, nesta Vila, as comemorações do Dia Mundial da Criança (documento anexo à presente acta sob o numero dezasseis).-----

----- Naquela acção irão participar cerca de mil e duzentas crianças, das Escolas do primeiro Ciclo e Jardins de Infância do Concelho. -----

----- Deste modo, propôs que a Câmara Municipal participe esta acção, no montante de dois mil novecentos e noventa e quatro euros e dois cêntimos (custo do transporte e dos insufláveis). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Programa para as Comemorações do Dia Mundial da Criança Dois mil e dois, bem como o respectivo orçamento. -----

-----INTERVENÇÃO AO PÚBLICO -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

----- Verificou-se a não existência de público.-----

-----ENCERRAMENTO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas treze horas e trinta minutos, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Maio de 10